

REFORMA ADMINISTRATIVA

SE LIGA

ATENS SINDICATO NACIONAL

MARÇO, 2021 - 6ª EDIÇÃO



Especial Reforma Administrativa

O Governo Federal e boa parte do Congresso Nacional seguem fugindo dos debates que buscam esclarecer os impactos que a possível aprovação da Reforma Administrativa (PEC 32) representarão para os servidores e para a população usuária dos serviços públicos. A discussão é evitada pois aqueles que têm interesse na aprovação da PEC sabem que a informação fará a Reforma perder o apoio da população que tanto necessita de serviços públicos.

Diversos especialistas afirmam que a Reforma Administrativa representa o fim do serviço público como o conhecemos e tem por objetivo transformar o estado em mais um aparato do projeto de poder de Jair Bolsonaro. Mas é preciso clarear essas informações para a população, demonstrando as maneiras que os serviços públicos utilizados por elas serão afetados caso a proposta seja aprovada no Congresso Nacional.

Para que possamos trazer essas informações, o ATENS Sindicato Nacional separou a sexta edição do Se Liga, o boletim informativo mensal do ATENS, para apontar algumas das áreas que serão afetadas com a reforma e munir a base de conhecimento para o enfrentamento à PEC 32.

Servidores públicos merecem respeito!

Se aprovada, a Reforma Administrativa representa o fim da estabilidade que garante a livre atuação dos servidores, perda de direitos conquistados, congelamento e reduções salariais. Ao vender uma ideia de necessidade da austeridade, do equilíbrio das contas, o governo, erroneamente, ataca o serviço público essencial que atua diretamente com a população.

Não serão apenas nós os afetados, mas toda a sociedade que depende e precisa de serviços públicos de qualidade. Os servidores públicos estão demonstrando a sua enorme importância no enfrentamento a covid-19, muitas vezes atuando na linha de frente da pandemia, e merecem mais do que palmas: merecem progressão de carreira, salários dignos, estabilidade.

Quando tudo for privatizado, nós seremos privados de tudo. Resistiremos!



Educação

Apesar de ter como justificativa inicial o combate a privilégios no setor público, Reforma Administrativa tem como foco as carreiras com menores remunerações, como a dos professores municipais e estaduais, o que irá precarizar ainda mais os trabalhadores da educação. Além disso, a PEC 32 irá retirar a estabilidade destes servidores, afetando a liberdade de atuação dos profissionais.

Esses reflexos não acontecerão apenas na educação básica, o ambiente acadêmico será afetado com a perda da estabilidade. No último ano, observamos toda a comunidade universitária se mobilizando em pesquisas de combate a covid-19 e isso foi possível graças a presença de profissionais capacitados e com autonomia para a produção de inovação científica, mesmo quando eles são os principais alvos do atual governo. Caso a PEC 32 seja aprovada, poderemos observar também uma fuga de docentes que não poderão contar com um ambiente seguro para exercer sua atuação sem perseguições.

Saúde

A aprovação da Reforma Administrativa possibilitará ao governo extinguir órgãos e serviços públicos ou entregá-los a empresários que visam unicamente ao lucro. Isso seria o fim da saúde pública, da produção de remédios e vacinas.

A retirada da estabilidade também terá um grande impacto na saúde dos brasileiros. Hoje, o atual governo insiste em recomendar remédios sem comprovação científica contra a covid-19, que além de não tratarem ainda podem agravar a doença. A estabilidade garante aos médicos, servidores da saúde do país, a possibilidade de rejeitarem a recomendação do governo sem perseguições e retaliações.

Redução do número de servidores

Atualmente, servidores públicos do Brasil já trabalham com uma enorme sobrecarga de funções. Reduzir a realização de concursos irá piorar esse cenário que terá impactos profundos no serviço prestado à população. O povo necessita da ampliação de serviços públicos de qualidade, não redução.

Combate a corrupção

A Reforma Administrativa possui um leque de possibilidades para agravar o aumento da corrupção no país. Quando propõe o fim de concursos, o fim da estabilidade e a extinção de órgãos públicos, entre outros pontos polêmicos, a PEC 32 abre muitas brechas perigosas para o uso político e partidário de cargos públicos.

Meio Ambiente

A Reforma Administrativa irá enfraquecer órgãos de fiscalização que atuam na pasta do Meio Ambiente. O fim da estabilidade acaba com a autonomia dos servidores de atuar para proteger o meio ambiente e denunciar o aumento do desmatamento, destruição e queimadas. Já tivemos um claro exemplo do que vai acontecer com o meio ambiente caso a PEC 32 seja aprovada: a exoneração, em 2019, do servidor que multou o presidente Jair Bolsonaro, em 2012, por pesca ilegal. Eles querem “passar a boiada” sem que haja servidores com autonomia para denunciar ilegalidades.

O ATENS Sindicato Nacional está junto aos trabalhadores nesta luta por direitos, na defesa dos serviços públicos, contra a Reforma Administrativa que destruirá o país, na garantia do auxílio emergencial que atenda as imediatas necessidades da classe trabalhadora e da implementação de um plano de vacinação eficaz e urgente. A hora da mobilização é agora e precisamos de todos unidos nesta campanha.

Orientamos que todos os filiados continuem se mobilizando para que a nossa voz seja ouvida. Participem de mobilizações virtuais, como os nossos twittaços, carreatas quando foram convocadas e outras ações. O ATENS Sindicato Nacional tem organizado algumas lives com escrarecimentos importantes sobre a Reforma e que estão disponibilizadas em nosso canal do Youtube, utilizem esse conteúdo para se informar e compartilhar com pessoas que precisam saber os riscos que corremos.

Participem! Mobilizem-se! A luta continua!



**PEC 32
NÃO**

**Quando tudo for privatizado, nós seremos privados de tudo.
Resistiremos!**



Atendimento - Diretoria Nacional
Secretaria
Tel: (31) 3879-3498
Celular: (31) 97101-5392

Assessoria Jurídica do ATENS SN
Escritório Munemassa
E-mail: juridico@atens-sn.org.br